



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional.

Sub-Eixo: Ênfase em Trabalho Profissional.

A DIMENSÃO DA COMPETÊNCIA PROFISSIONAL NO PROCESSO DE SUPERVISÃO DIRETA EM SERVIÇO SOCIAL: LIMITES E POSSIBILIDADES NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Lucilene da Silva Stiff¹

Resumo: este artigo trata de uma reflexão teórica acerca das dimensões da competência profissional no processo de supervisão direta em Serviço Social. Tendo em vista as mudanças no Ensino Superior, no que se refere às modalidades ofertadas e o aceleração do processo de formação profissional, é de suma importância discutir a formação profissional em Serviço Social e as possíveis dificuldades na execução da supervisão direta, processo que se estabelece na Política Nacional de Estágio (PNE), norteadas pelas Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social. Neste sentido, busca-se problematizar a importância deste processo formativo, bem como a necessidade de produção sobre a temática, a fim de identificar e traçar estratégias de manutenção e efetivação dos processos formativos de qualidade.

Palavras-Chave: Supervisão Direta, Estágio Supervisionado, Formação Profissional.

Abstract: this article makes a theoretical reflection about the dimensions of professional competence in the process of direct supervision in Social Work. In view of the changes in Higher Education, with regard to the modalities offered and the acceleration of the vocational training process, it is extremely important to discuss the professional training in Social Work and the possible difficulties in the execution of direct supervision, a process that is established in the National Policy of Internship (PNE), guided by the General Guidelines for the Social Work Course. In this sense, it is necessary to problematize the importance of this formative process, as well as the necessity of production on the subject, in order to identify and to draw strategies of maintenance and effectiveness of the formative processes of quality.

Keywords: Direct Supervision, Trainees, Professional Qualification.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho propõe-se discutir a respeito da supervisão de estágio em Serviço Social relacionada à constituição da competência profissional nas dimensões ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa imbricadas neste processo de supervisão direta. Através de uma reflexão teórica, pretende-se evidenciar a importância do conhecimento a respeito das normativas estabelecidas pelos órgãos representativos da categoria para este processo formativo, bem como, a produção de conhecimento sobre este tema e, principalmente, a relevância de investigar acerca da dinâmica imposta aos trabalhadores assistentes sociais em seu cotidiano², seus desafios e potencialidades na realização da supervisão, atribuição privativa do assistente social no trabalho profissional.

¹ Estudante de Pós-Graduação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: lstiff@gmail.com.

² Devemos entender ação cotidiana como sendo parte orgânica da construção do trabalho. Esse espaço cotidiano é heterogêneo e se compõe também de outras dimensões da vida do homem, que são a sua vida

A ideia de construção deste trabalho para o 16º CBAS, partiu das reflexões feitas pela autora enquanto supervisora de campo. Não obstante, partem também, da elaboração do projeto de pesquisa de mestrado, cujo objetivo visa identificar a constituição das dimensões da competência profissional no processo de supervisão direta em Serviço Social. Esta reflexão se divide em duas partes, que na efetivação do processo de supervisão de estágio se complementam; apresenta-se uma breve discussão a respeito da formação profissional em Serviço Social, mediante às mudanças nas modalidades de ensino, e nos embates que estas mudanças acarretam no trabalho profissional. Logo após as discussões se ancoram na conceituação das dimensões da competência profissional do trabalho dos/as assistentes sociais, e como estas são trabalhadas no processo de estágio, a partir das diretrizes que direcionam a formação profissional. Como considerações finais, busca-se problematizar a efetivação da supervisão de estágio, e a importância do conhecimento e efetivação das dimensões da competência profissional no processo de estágio, que vem se mostrando um desafio nos dias atuais.

2 FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL

A recuperação da crise do capital, intensificada desde os anos 1970, tem como objetivo recolocar as bases do capitalismo de maneira mais consistente e superar sua crise. Mudanças nas relações de trabalho aparecem como uma das medidas deste processo; percebe-se a construção de antagonismo entre as classes, desenvolvimento tecnológico, desconcentração geográfica, entre outros que implicam em demandas de trabalho de acordo com as necessidades locais; novos padrões de produção fazem parte dos novos processos de trabalho instaurados (PINTO, 2016). Na perspectiva das “reformas” promovidas na educação, temos uma série de fatores que colaboraram para a precarização do ensino e conseqüentemente da formação profissional em Serviço Social onde a década de 1990 marcou o Estado como financiador do capital, criando apenas políticas focais, sem avançar às bases na formulação e execução das mesmas (LEWGOY, MACIEL; REIDEL, 2013).

privada, os momentos de lazer, de descanso etc. o assistente social se coloca nesse espaço com todas as suas dimensões de “ser por inteiro”, motivo pelo qual quanto mais ele conhece a sua realidade de trabalho, maior será sua capacidade de agir diante de tais demandas. (SOUZA; AZEREDO, 2004, p. 54). As autoras ressaltam que no espaço de ação cotidiana é preciso tomar duas posturas diferenciadas: a) dizer não ao senso comum, aos pré-conceitos aos fatos cotidianos que nos cercam; b) interrogar o que são as coisas e os porquês delas. Assim, desenvolve-se uma atitude crítica frente à realidade de trabalho, ressignificando o trabalho profissional.

Dentre estes fatores, podemos citar a Lei de diretrizes e Bases para a Educação (LDB) em 1996; anterior a esta, os cursos a distância eram permitidos modalidade de formação complementar e cursos técnicos; com sua regulamentação, abre-se precedentes para os cursos na modalidade de Educação a distância (EAD) no ensino superior, a partir da contrarreforma instaurada no Governo Lula e posterior implementação dos cursos de Serviço Social nesta modalidade no ano de 2006 (LEWGOY; MACIEL; REIDEL, 2013). Os cursos de Serviço Social são descobertos como nichos de valorização, tendo na sua centralidade o enfrentamento das expressões da questão social pelo Estado e as classes, focalizando na preparação para controle das classes menos abastadas. Estimula-se esta modalidade de ensino com vistas a democratizar o acesso ao ensino superior para a inserção no mercado de trabalho, tendo no Brasil, nicho de desenvolvimento frente às desigualdades vivenciadas pelos cidadãos. Neste sentido, presencia-se a intensificação das expressões da questão social, e aumento de requisição por assistentes sociais, porém com perfil menos crítico frente às demandas (CFESS/ ABEPSS, 2011). Estes fatores mostram a construção de um sistema educacional que prioriza a dimensão técnico-operativa, preparando pessoas para o mercado de trabalho, “ensinando” o trabalho profissional. O aumento do contingente de profissionais formados, principalmente, pela oferta de cursos a distância em instituições privadas, acompanha o crescimento do desemprego, aumenta a insegurança e a concorrência no mercado de trabalho, bem como a precarização das condições deste. Cria-se um exército de reserva, chamado ao voluntarismo e solidariedade como estratégias de obscurecimento das separações de classe (IAMAMOTO, 2014).

Dentro do processo de formação profissional em Serviço Social, é imprescindível a contextualização e discussão da supervisão de estágio, e os embates que vem sofrendo nos dias atuais. O estágio é uma atividade curricular obrigatória no curso de Serviço Social desempenhando um papel importante na formação onde visa aprofundar conhecimentos obtidos pelo/a estagiário/a a partir da inserção em espaços socio-ocupacionais (ORTIZ, 2016). A supervisão de estágio em Serviço Social é “feita conjuntamente por professor supervisor e por profissional do campo, com base em planos de estágio elaborados em conjunto pelas unidades de ensino e organizações que oferecem estágio”, (CFESS, 2008). Caracteriza-se como atribuição privativa do assistente social, conforme Lei 8.662/1993, inciso VI.

Dentre as mudanças que ocorreram ao longo dos anos a respeito da formação profissional, destaca-se a elaboração das novas Diretrizes curriculares de 1996 que fez com que o direcionamento da profissão se voltasse para o ensino e a supervisão de estágio. A

visão endógena³ pela qual perpassava a supervisão passou a ter em vista a processualidade na formação profissional, promovendo modificações na natureza e o escopo desta (LEWGOY, 2010). As diretrizes curriculares trazem a necessidade de articulação de uma série de conhecimentos que se dividem em três núcleos que constituem a formação profissional, assim descritos: a) núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social: fundamentado no “ser social enquanto totalidade histórica” (ABEPSS, 1996); b) núcleo de fundamentos da particularidade da formação socio-histórica da sociedade brasileira: implica na apreensão das configurações locais e regionais e as particularidades de cada território; c) núcleo de fundamentos do trabalho profissional: que articula, em seus conteúdos, a dimensão teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Neste núcleo se insere o estágio supervisionado curricular, seja obrigatório ou não obrigatório, tendo em vista que possibilita a articulação entre formação e trabalho profissional, a partir da inserção dos estagiários nos espaços de trabalho dos assistentes sociais (MACHADO, 2018). Destaca-se, ainda a oposição à educação mercantilista, propondo um currículo que embase o discente a apreender o movimento do real na sua totalidade, processo que envolve a supervisão de estágio e o desenvolvimento da dimensão das competências profissionais, processo que visa garantir a formação de qualidade para embasar o trabalho profissional.

Dentro do processo de estruturação curricular e medidas de oposição à mercantilização da educação, destaca-se, ainda, a criação da Política nacional de Estágio (PNE)⁴ em 2009, sendo esta política uma resposta à conjuntura que se expressava nas contrarreformas do Estado e mais especificamente no Ensino Superior, defendendo o projeto de formação profissional; Elaborada na gestão 2009-2010 da ABEPSS, atendeu à uma demanda sobre a orientação do estágio supervisionado em Serviço Social (LEWGOY, 2014). A PNE ainda defende a não operacionalização do estágio, que faz do estagiário um mero executor de tarefas cotidianas da instituição. Neste ponto a supervisão exerce um papel crucial no que concerne à elaboração e um plano de estágio, avaliação e monitoramento das atividades. A elaboração das políticas de estágio das Unidades de Formação Acadêmica (UFA) também colabora para evitar a fragmentação da formação e do

³ Na década de 1940 ocorre forte influência do Serviço Social norte-americano, entendendo a supervisão como um conjunto de métodos que: “privilegiam a dimensão técnica do processo de ensino na formação, fundamentada nos pressupostos psicossociais cientificamente validados na experiência [...]” (LEWGOY, 2010, p. 72). A autora ainda destaca que nas décadas de 1950 e 1960, o enfoque da supervisão ganhou cunho pedagógico, centrado no aluno, onde o processo de ensino e aprendizagem era concentrado no que este poderia fazer por si mesmo.

⁴ Destacam-se da PNE, valores éticos-políticos profissionais, bem como outros princípios que devem nortear o processo de estágio em Serviço Social: a) a indissociabilidade entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa; b) a articulação entre formação e exercício profissional; c) a indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e de campo; d) articulação entre universidade e sociedade; e) unidade teoria e prática; f) interdisciplinaridade; g) articulação entre ensino, pesquisa e extensão (ABEPSS, 2010).

trabalho profissional no momento em que delinea os objetivos e estratégias para o desenvolvimento do processo de estágio. Nesta perspectiva, a PNE prevê a constituição de Fóruns de Supervisão, que devem contar com a presença de supervisores e discentes, de forma a fortalecer o debate sobre o processo de supervisão de estágio (MACHADO, 2018).

Frente ao exposto algumas questões podem ser levantadas como desafios para a execução do processo de supervisão de estágio na atualidade. Inicialmente, ao pensarmos os supervisores de campo, há de se levar em consideração as condições de trabalho que estes profissionais se deparam, onde, muitas vezes a carga horária é mínima, e as demandas institucionais tomam parte ou todo o tempo do/a assistente social, tendo em vista que é um:

[...] profissional assalariado, que mantém vínculos trabalhistas com a instituição de estágio, muitas vezes em condições precárias, pode não ter a real capacitação para desenvolver essa contribuição (já que a graduação em serviço social nem sempre lhe fornece), nem mesmo a qualificação para o desempenho dessa atribuição. O supervisor pode, também, não ter a percepção da importância de sua intervenção na formação do estagiário, em que pese ser, efetivamente, um sujeito central na formação, posto que seja sempre tomado como exemplo pelo estudante. (GUERRA, 2016 p. 119)

Não obstante, os supervisores acadêmicos podem ter atravessamentos em seu cotidiano profissional para a efetivação de suas atribuições nos processos de estágio pelo fato de também serem trabalhadores e terem de lidar com os prazos e as demandas que a instituição lhes impõe. Guerra (2016) relata que o supervisor acadêmico, inserido na unidade de formação tem a:

[...] atribuição precípua de trabalhar as mediações que conectam os fundamentos históricos, teóricos, metodológicos, éticos e políticos com as experiências que se realizam no campo de estágio [...], mas nem sempre detém as condições objetivas para isso. Em muitos casos, a supervisão de estágio não é apreendida como parte das suas atividades docentes, mas um “algo a mais que lhe toma tempo” (p.120).

Dentro deste cenário, cabe ressaltar a importância da apreensão dos estagiários sobre os processos de precarização do trabalho que assistentes sociais docentes e supervisores de campo vivenciam nos espaços os quais se vinculam. Também é importante salientar, que, para tanto, é preciso um aparato teórico sobre o assunto, que subsidie o processo de ensino aprendizagem dos estudantes. Observa-se nas produções relacionadas ao trabalho e saúde do trabalhador, a análise e indignação por parte dos assistentes sociais frente à exploração e adoecimento sofridos pelos trabalhadores. Porém esta relação que se estabelece tende a excluir o próprio assistente social desta classe, sendo assim, este profissional não analisa condições de trabalho exploração às quais é submetido no cotidiano

(RAICHELIS, 2011). Dois pontos são centrais nesta perspectiva de análise o primeiro diz respeito ao reconhecimento do assistente social como classe trabalhadora, problematizando as violações de direitos:

Se o Serviço Social foi regulamentado historicamente como “profissão liberal”, o seu exercício se realiza mediatizado por instituições públicas e privadas, tensionado pelas contradições que atravessam as classes sociais na sociedade do capital e pela condição de trabalhador assalariado, cuja atividade é submetida a normas próprias que regulam as relações de trabalho (RAICHELIS, 2011, p. 427).

O segundo ponto levantado pela autora remete à autonomia relativa dos assistentes sociais. Tem-se como requisito um profissional crítico, propositivo, que consiga negociar com as gestões institucionais os projetos, e atribuições da categoria profissional. Porém estas requisições vão de encontro à compra e venda de sua força de trabalho; esta condição de trabalhador assalariado faz com que não exista controle sobre as ações, atribuições e competências a serem desenvolvidas nos espaços socioinstitucionais. Os empregadores fornecem os meios e instrumentos de trabalho aos profissionais, possuem um foco de atuação, sendo este um recorte das expressões da questão social vivenciada pelos usuários dos serviços. Os outros meios de trabalho dizem respeito aos conhecimentos e habilidades dos assistentes sociais na forma de especialização do trabalho (RAICHELIS, 2011). Estas condições de trabalho trazem um duplo sentimento nos profissionais na medida em que produzem:

[...] a) de um lado, o *prazer* diante da possibilidade de realizar um trabalho comprometido com os direitos dos sujeitos violados em seus direitos, na perspectiva de fortalecer seu protagonismo político na esfera pública; b) ao mesmo tempo, o *sofrimento, a dor e o desalento* diante da exposição continuada à impotência frente à ausência de meios e recursos que possam efetivamente remover as causas estruturais que provocam a pobreza e a desigualdade social (RAICHELIS, 2011, p. 434-435-grifo da autora)

Para o Serviço Social este contexto em que o ensino leva à precarização do trabalho que incide diretamente na formação profissional tendo em vista a preparação a que os discentes são submetidos na graduação, e que servirão de base para atuarem como supervisores de campo e acadêmicos futuramente. Os ditames da ordem capitalista e contrarreforma do ensino influem na descaracterização do tripé ensino-pesquisa-extensão, que dão as bases para uma formação de qualidade; é preciso que estes três vetores sejam executados ultrapassando a mera transmissão de conhecimentos (TINTI, 2015). Ainda, de acordo com a autora: “Tal processo deve ser discutido no contexto das relações sociais, a partir do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, considerando também a conjuntura do interior da universidade brasileira” (p. 76).

3 DIMENSÕES DA COMPETÊNCIA PROFISSIONAL DO TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS

As Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social trazem no seu conteúdo os pressupostos para a formação profissional em Serviço Social. Os princípios destacados no documento definem as diretrizes curriculares da formação que invocam a capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para: (1) apreender de forma crítica o processo histórico como totalidade; (2) investigar a formação histórica brasileira apreendendo as particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social no Brasil; (3) compreender o significado social da profissão bem como possibilidades de ação frente à realidade; (4) apreender demandas consolidadas e emergentes objetivando respostas profissionais que vão ao encontro do enfrentamento da questão social; (5) exercer a profissão cumprindo as competências e atribuições da legislação profissional em vigor (ABEPSS, 1996). Nesse sentido, as dimensões da competência profissional necessitam estar presentes em todo o processo de formação profissional, pois irão garantir as articulações necessárias entre teoria e prática, considerando que:

[...] guarda sua especificidade na *práxis* social, essas dimensões também se fazem presentes. Se na prática interventiva do Assistente Social essas dimensões são fundamentais, garanti-las na formação profissional do Assistente Social é um imperativo. (SANTOS, 2006, p.192).

A competência profissional encontra-se ligada à reconstrução do objeto de intervenção, e compreensão do espaço de trabalho profissional como um campo de mediações estruturado por determinantes históricos que se constituem socialmente (CEOLIN, 2014), permitindo que o assistente social se reconheça como classe trabalhadora, na qual a sua *práxis* produza um resultado frente ao seu objeto de trabalho que se configura na questão social e suas manifestações no cotidiano dos usuários dos serviços. É imprescindível o desenvolvimento da competência profissional durante esse processo, tendo em vista a formação de assistentes sociais propositivos e conscientes a respeito do projeto profissional do Serviço Social.

A escolha de uma profissão está intimamente ligada à identificação por parte do sujeito com as premissas que embasam o trabalho profissional e não se configura apenas em reproduzir a intenção dos sujeitos sociais e sim de que estes possam assumir a ética profissional como um compromisso, sentindo-se partícipes do processo (BARROCO, 2009). A ética profissional abarca não só os conhecimentos advindos da literatura ou das disciplinas, mas sim do contexto como um todo; somam-se à formação profissional ou fazem contraponto “as visões de mundo incorporadas socialmente pela educação formal e

informal, pelos meios de comunicação, pelas religiões, pelo senso comum” (BARROCO, 2009, p.205).

Nesse sentido, a dimensão ético-política parte do pressuposto que envolve a ética profissional como compromisso assumido diante das escolhas que permeiam a formação e o trabalho; escolhas estas que necessitam ser construídas na medida em que as possibilidades apresentadas se mostram frágeis ou não existentes. No processo de formação profissional ligada à escolha e à identificação pelo projeto profissional da categoria e constitui mediações através de postura crítica e investigativa, a respeito dos fundamentos e do sentido atribuído ao fazer profissional que encontra significado na afirmação de direitos (LEWGOY, 2010).

No estágio supervisionado, a ética reflete na habilidade do/a estagiário/a de analisar a realidade, apreender as possibilidades e criar alternativas, frente às condições socio-históricas e ocupacionais (GOIN, 2018). A dimensão ético-política também está aliada à ação e ao pensamento crítico; em uma atitude reflexiva de criar estratégias, definir finalidades para ação e alcance das mesmas (LEWGOY, 2010).

Quando se trata da dimensão teórico-metodológica, esta tende a oferecer subsídios para o trabalho profissional dos assistentes sociais. Para Lewgoy (2010), essa dimensão “articula teoria-método e metodologia e privilegia a história social como terreno germinador das demandas e das possibilidades de conhecimento e das práticas” (p.149-150). Nesse sentido, Iamamoto (2011) reforça que as análises da profissão tendem a considerar apenas a dimensão do trabalho concreto (valor de uso social, orientada por princípios éticos, requisitando suportes materiais e conhecimentos para a explicação da profissão). O que não se evidencia é a dimensão do trabalho abstrato com o trabalho social médio, ou seja, é necessário compreender também Serviço Social como profissão situada na divisão do trabalho, cujo profissional se configura como trabalhador assalariado, vivendo as tensões relacionadas ao estatuto do assalariado e o projeto profissional. Tais discussões na atualidade não estão sendo acompanhadas das bases teórico-metodológicas (IAMAMOTO, 2011).

No estágio supervisionado trabalhar na perspectiva da dimensão teórico-metodológica implica também a leitura crítica para o conhecimento institucional no sentido de que é importante que os supervisores conheçam a direção teórica que baliza o trabalho profissional através da documentação institucional- planos de ensino e projetos pedagógicos- das instituições de origem dos discentes, sendo preciso o planejamento das ações a partir das orientações postas nos documentos e objetivos os quais o estágio visa atingir (LEWGOY,2010). Também se destaca as políticas sociais que permeiam o espaço,

pesquisa, programas e projetos desenvolvidos de forma a se criar um inventário com tais informações para subsidiar o processo de supervisão e interlocução com as disciplinas e saberes profissionais (LEWGOY,2010).

No que se refere à dimensão técnico-operativa, que não se restringe apenas ao uso de instrumentos e técnicas para intervenção na realidade e nos espaços socio-ocupacionais; requer conhecimento teórico, ligado ao direcionamento de valores e princípios éticos da categoria, sendo que a leitura de realidade e a compreensão das imposições institucionais não podem ser entendidas como naturais ao exercício da profissão:

[...] à luz dos fundamentos teóricos – que conduzem ao conhecimento da realidade, indicando caminhos e possibilidades – e éticos – que clarificam os valores e finalidades profissionais, indicando direcionamento profissional –, os operativos conduzem, no meio da intervenção, à transmutação do ideal em atividade concreta, real. (GOIN, 2018, p.27).

A dimensão técnico-operativa também está atrelada às demais, tendo em conta que ambas, a ético-política e a teórico-metodológica, são ancoragem para sua efetividade. Para Lewgoy (2010), esta dimensão é “caracterizada pelo domínio de conteúdos e de sua área específica de conhecimento, é uma instância de passagem que permite a realização da trajetória da concepção da ação à sua operacionalização” (p.149-150). A tomada de consciência por parte do profissional, qual seja, de sua inserção em uma realidade socio-ocupacional, na qual o processo de trabalho no qual ele está inserido resulta em um produto, que está ligado à intervenção nas expressões da questão social, é necessário estratégias éticas condizentes na apreensão da dinâmica da realidade, pois se dará a partir da compreensão das dimensões teórico-metodológica, ético-política para o balizamento da técnico-operativa. No estágio, embora os discentes tenham expectativas relacionadas à dimensão técnico-operativa, esta só será garantida se articulada com as demais. Essa articulação permitirá o rompimento com o viés operacional e repetitivo de ações, para se inserir no campo específico do Serviço Social (GOIN, 2018).

Demarcada pela instrumentalidade, não se trata apenas de instrumentos que indicarão como fazer, mas sim, também, abarca as técnicas, conhecimentos e habilidades (LEWGOY, 2010), envolvendo os instrumentos de trabalho dos assistentes sociais, a intencionalidade com a qual estes serão aplicados e os resultados a serem alcançados. Santos (2006) elucida que os instrumentos são:

[...] meios de trabalho que contribuem com o alcance das finalidades reais, ou seja, que contribuem com a passagem do reino da possibilidade ao reino da efetividade. Dessa forma, a busca dos meios implica, também, um caráter procedimental, uma vez que escolher um dado instrumento requer um caráter teórico, ético e político,

mas também um conhecimento de como utilizá-lo, das habilidades necessárias ao seu bom uso. Esse conhecimento é técnico e procedimental (p. 190).

As estratégias configuram-se como mediações que compreendem articulações com as vivências pessoais, condições sociais dos indivíduos no intuito de fortalecê-los, contribuindo, assim, na solução de seus problemas/questões (ABEPSS, 1996). É preciso que o assistente social realize suas intervenções com intencionalidade e, nesse sentido, faz-se importante contextualizar a instrumentalidade no Serviço Social que, segundo Guerra (2007), tem um sentido mais amplo do que os instrumentos, as técnicas e as habilidades. É um processo que envolve a intervenção como um todo; dotada de um conhecimento específico, representa as ações cotidianas bem como os resultados que se pretende alcançar ao intervir. Nesse sentido, “possibilita que os/as profissionais objetivem suas intencionalidades em respostas profissionais” (p.02); intencionalidade esta que é a mesma em todos os espaços de atuação do/a assistente social, e que se difere no que diz respeito às ações necessárias para cada situação vivida na particularidade de cada usuário/a que demanda os serviços; engloba o eixo dos instrumentais de intervenção profissional. Para Martinelli e Koumrouyam (1994), os instrumentais referem-se aos instrumentos juntamente com as técnicas e habilidades utilizadas. De acordo com as autoras, tal entendimento é traduzido por um:

[...] conjunto articulado de instrumentos e técnicas que permitem a operacionalização da ação profissional. [...] O instrumental expressa o eixo operacional das profissões e abrange não só o campo das técnicas, como também dos conhecimentos e habilidades. É, portanto, uma categoria que se constrói a cada momento, a partir das finalidades da ação que se vai desenvolver e dos determinantes políticos, sociais e institucionais a ela referidos. (p.137-138).

A instrumentalidade engloba a *práxis* profissional, de maneira que o/a assistente social apropriado/a de conhecimentos, técnicas e instrumentos, possa intervir em uma realidade apresentada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista a importância do desenvolvimento de competências e habilidades profissionais, em respostas efetivas aos percalços cotidianos os quais os usuários dos serviços prestados enfrentam, percebe-se que no processo de supervisão direta em Serviço Social, as dimensões pelas quais perpassam a formação profissional atuam de forma conjunta, não sendo possível a aplicabilidade de uma e não de outra.

A supervisão de estágio engloba a competência profissional do trabalho dos/as assistentes sociais em seu sentido indissociável; pensar o processo de formação profissional implica romper com a ideia de que primeiro se aprende a teoria e depois se coloca em prática no campo de estágio, é preciso que “o referencial técnico-operativo do Serviço social se faça a partir de uma compreensão adequada das dimensões teórico-metodológicas e ético-políticas” (SANTOS, 2006, p. 69). A construção do conhecimento se dá durante o processo de inserção de acadêmicos/as nos campos de trabalho de assistentes sociais e engloba a análise da instituição, crítica e proposição frente à realidade social dos/as usuários/as dos serviços prestados. Dessa forma, é imprescindível debater sobre as configurações como esta supervisão se materializa nos campos de estágio, frente às dificuldades apresentadas no cotidiano de trabalho dos/as supervisores/as acadêmicos/as e de campo, e à própria formação profissional que é disponibilizada aos assistentes sociais.

REFERÊNCIAS

- ABEPSS. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Diretrizes gerais para o Curso de Serviço Social** (com base no currículo mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996). Rio de Janeiro, 1996. Disponível em: http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf. Acesso em: 04 nov. 2018.
- ABEPSS. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Política nacional de Estágio**. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/pneabepss_maior2010_corrigida.pdf. Acesso em: 29 jun. 2018.
- BARROCO, Maria Lucia Silva. Fundamentos Éticos do Serviço Social. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p. 193-216.
- CEOLIN, George Francisco. Crise do capital, precarização do trabalho e impactos no Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 118, p.239-264, abr./jun. 2014.
- CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Sobre a incompatibilidade entre graduação a distância e Serviço Social**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2011.
- CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de Ética do/a assistente social**. 1993. Aprovado em 13 de março de 1993. Com as alterações introduzidas pelas resoluções do CFESS nº 290/94, 293/94, 333/96 e 594/11. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em: 20 jun. 2018.

GOIN, Mariléia. Fundamentos teóricos, éticos, operativos e formativos do estágio supervisionado em Serviço Social. *In*: GOIN, Mariléia; MACHADO, Loiva Maria de Oliveira; PEDERSEN, Jaina Raqueli. **Estágio Supervisionado em Serviço Social: Os (des) caminhos das experiências nos diferentes espaços sócio-ocupacionais**. Jaguarão: Claec, 2018. Cap. 1. p.17-34.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade no trabalho do Assistente Social**. *In*: Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais, Belo Horizonte, maio, 2007.

GUERRA, Yolanda. O estágio supervisionado como espaço de síntese na unidade dialética entre teoria e prática: o perfil do profissional em disputa. *In*: SANTOS, Claudia Monica *et al.* **A supervisão de estágio em Serviço Social: aprendizados, processos e desafios**. Rio de Janeiro: Lumem Juris, 2016. p.101-124.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. **Serviço Social & Sociedade**, [s.l.], n. 120, p.608-639, dez. 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.001>.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: Capital financeiro, trabalho e questão social**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista. A política de estágio supervisionado em Serviço Social: instrumento político-pedagógico na formação profissional. *In*: LEWGOY, Alzira Maria Baptista; CARLOS, Sergio Antonio (Org.). **Supervisão de Estágio em Serviço Social: uma perspectiva de formação permanente**. Porto Alegre: Prorext-ufrgs, 2014. p. 41-52.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista. **Supervisão de estágio em Serviço Social: desafios para a formação e exercício profissional**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista; MACIEL, Ana Lucia Suarez; REIDEL, Tatiana. A formação em Serviço Social no Brasil: Contexto, conformação e produção de conhecimento na última década. **Temporalis**, Brasília (DF), v. 25, n. 13, p.91-111, 2013.

MACHADO, Loiva Mara de Oliveira. Política de Estágio Supervisionado em Serviço Social: Uma conquista coletiva da categoria. *In*: GOIN, Mariléia; MACHADO, Loiva Mara de Oliveira; PEDERSEN, Jaina Raqueli. **O Estágio Supervisionado em Serviço Social: Os (des) caminhos das Experiências nos Espaços Sócio-ocupacionais**. Jaguarão: Claec, 2018. p. 52-69.

MARTINELLI, Maria Lúcia; KMROUYAN, Elza. Um novo olhar para a questão dos instrumentais técnico-operativos em Serviço Social. **Revista Serviço Social & Sociedade**, n. 54, 1994.

ORTIZ, Fátima Grave. Desafios Contemporâneos para o Processo de Estágio e Supervisão em Serviço Social. *In*: FORTI, Valeria; GUERRA, Yolanda. **Serviço Social: Temas, textos e Contextos**. 5. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016. p.161-173.

PINTO, Marina Barbosa. Mudanças no trabalho do assistente social: exercício e formação profissionais. *In*: SANTOS, Claudia Monica; LEWGOY, Alzira Maria Baptista; ABREU, Maria Helena Elpídio. **A supervisão de estágio em Serviço Social: aprendizados, processos e desafios**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016. p.57-78.

RAICHELIS, Raquel. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v. 107, p.420-437, 2011.

SANTOS, Claudia Monica dos. **Os instrumentos e técnicas**: mitos e dilemas na formação profissional do assistente social no Brasil. 2006. 254 f. Tese (Doutorado em Serviço Social). Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp019816.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2018.

SOUSA, Rosany Barcellos de; AZEREDO, Verônica Gonçalves. O assistente social e a ação competente: a dinâmica cotidiana. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 80, p.48-58, nov. 2004.

TINTI, Éliidi Cristina. Formação profissional em Serviço Social no Brasil e trabalho profissional. *In*: **Capitalismo, trabalho e formação profissional**: dilemas do trabalho cotidiano dos assistentes sociais em Ribeirão Preto. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015, p.75-96. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/qzyh6/pdf/tinti-9788579836558.pdf>. Acesso em: 10 out. 2018.